

Il Patrimonio Mondiale dell'Umanità (UNESCO) e la valorizzazione dei siti “preistorici” World Heritage (UNESCO) and “Prehistoric” Sites

Rossano Lopes Bastos

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Brasil

rossano.lopes.bastos@hotmail.com

Abstract

O Brasil hoje passa por profundas transformações em sua economia, cultura e sociedade. Neste aspecto ganha destaque num país continental a indústria do turismo arqueológico. Com mais pessoas viajando, também necessitamos de melhor planejamento e conservação dos atrativos turísticos arqueológicos. Nossa opção tem sido a de envolver as comunidades locais na gestão do patrimônio cultural arqueológico. Desde a edição da Portaria IPHAN nº 230/02, que trata entre outras coisas dos programas de educação patrimonial, temos conquistado uma prática de desenvolvimento e inclusão social, onde o turismo tem lugar de destaque possibilitando uma relação de pertencimento como o Patrimônio cultural arqueológico. Exemplo de sucesso o Parque Nacional da Serra da Capivara/Piauí/Brasil.

Keywords: IPHAN, Conservação, patrimônio cultural arqueológico.

Introdução

O Brasil nas duas últimas décadas tem passado por profundas transformações econômicas, sociais e culturais. Ganha relevância na esfera cultural a preservação, conservação e valorização do Patrimônio cultural arqueológico, que aqui é bem de uso público de todo o povo Brasileiro. Esta condição de bem de alcance social trás em si implícito a necessidade de normalização específica e adequada ao desenvolvimento das tensões advindas do processo de aceleração do crescimento, que outrora não tinha como preocupação a conservação dos bens culturais arqueológicos. Neste artigo estaremos explorando o viés do Patrimônio cultural arqueológico e sua interface com as práticas de conservação, seu aproveitamento turístico, sua capacidade de agregar valor e a gestão de risco.

Conservação

O fundamento das políticas de proteção e conservação do patrimônio seria o consenso, que transcende as clivagens ideológicas e a distancia

cultural. É evidente que este fundamento estaria mais próximo do sucesso se as práticas de eleição daquilo que seria o patrimônio pudessem não só contemplar a diversidade das etnias, das classes através dos saberes e fazeres urbanos, mas também criar mecanismos de democratização do fazer patrimonial com a efetiva participação de todos os atores sociais.

Ou seja, a possibilidade concreta de poder escolher aqueles elementos que lhe são próprios e que representam verdadeiramente as referências que deveram ser objeto da sua memória, do seu patrimônio a ser repassado e vivido enquanto cultura aos seus descendentes. Caso contrário, é certamente comum que sob o “consenso” tecnicista, às políticas do patrimônio podem, assim, esconder um projeto urbano conformado a interesses particulares que tragam no futuro conseqüências trágicas, como as tragédias em Angra dos Reis (2010) e mais recentemente na região serrana do Estado do Rio de Janeiro (2011). Desta forma, elas são um meio ideal de legitimação de uma intervenção no espaço público, instrumento eficaz de adesão a um projeto, desde que pensada com a participação dos diversos atores locais e regionais.

No mundo das corporações transnacionais é fundamental que os conselhos de administração estejam voltados para as boas práticas de conservação e valorização do patrimônio cultural local e regional.

As questões que estão em voga no mundo, em especial neste começo de século XXI, apontam para a responsabilidade solidária, que deve ter nas práticas das corporações instrumentos eficazes de participação e até de protagonismo na preservação do patrimônio histórico cultural.

Até bem pouco tempo, a abordagem da cidade, tanto no plano prático das intervenções urbanas, quanto no âmbito do discurso teórico específico, se dava prioritariamente em termos de racionalidade, funcionalidade, salubridade, eficiência, ordenação das funções, como se a cidade fosse um ser amorfo, sem vida, ou melhor, de vida vegetativa.

A conjuntura das mudanças espaciais, culturais e sociais (Zukin: 1996:205), que tanto estimulam aqueles que têm escrito sobre cidades nos últimos anos está imprecisamente comprimida no termo “paisagem urbana pós-moderna”.

De um modo geral afirma (Zukin: 1996; 205) a pós-modernidade ocorre não apenas como um processo social de dissolução e rediferenciação, mas também como uma metáfora cultural desta experiência. Conseqüentemente, o processo social de construção de uma paisagem pós-moderna depende de uma fragmentação econômica das antigas solidariedades urbanas e de uma reintegração que está fortemente alterada pelos novos modos de apropriação cultural. A genialidade dos investidores imobiliários, nesse contexto, consiste em converter a narrativa da cidade moderna em um nexos fictício, uma imagem que é um grande embrulho daquilo que a população pode comprar, um sonho de consumo visual.

Paisagem é o conceito chave para nos apoderarmos da transformação espacial.

Assim uma paisagem urbana pós-moderna não apenas mapeia cultura e poder; mapeiam também a oposição entre *mercado* - as forças econômicas, que desvinculam as pessoas de instituições sociais estabelecidas, e *lugar* - as forças espaciais, que ancoram ao mundo social, dando a base para uma identidade estável. Aqui o território encontra as condições objetivas da sua formação.

Território é outro conceito que vale a pena explorar. Seria preciso começar nossa indagação

pela distinção de tempo e espaço, que comumente são confundidas como coisas do mesmo gênero, assim como o território é comumente associado à noção de fisiografia, de espaço delimitado geograficamente enquanto espaço físico. Foram vários os filósofos que se ocuparam do tempo e do espaço, aqui chamaremos a atenção para a noção de tempo e para os quatro pilares desta reflexão que se apóiam em Aristóteles, Santo Agostinho, Henri Bergson e Martin Heidegger. Aristóteles pensando a partir do seu clássico Física, expõe o modo como o filósofo grego analisa o tempo com base na categoria de quantidade e a partir daí autores como Rey Poente aborda então a noção de movimento, além da noção de número, para chegar a noção de número do movimento que remete especialmente ao espaço e outros desdobramentos. Por outro lado, Santo Agostinho no Livro XI das confissões, diante da experiência da vivência do tempo sem necessariamente saber defini-lo o pensador cristão adota a estratégia de pensá-la como noção de eternidade. Essa estratégia o faz relacionar o tempo com a interioridade não vendo nele apenas uma noção de medição de acontecimentos exteriores a alma, mas como uma distensão dela mesma. Em Santo Agostinho a interioridade remete a construção simbólica de espaços, de territórios imagéticos, simbólicos. Assim, Bergson chama a atenção para a necessidade de distinguir tempo qualitativo de tempo quantitativo, ou entre a duração e a medida da duração, e isto implica em discutir a permanência componente essencial para a formação do território. Isto significa supor que pensar significa ir dos conceitos às coisas e não delas aos conceitos. Não se dar conta disso resultaria nas concepções comuns que levam a tomar o espaço, o tempo e território como coisas do mesmo gênero. Tendo esses cuidados, o pensamento sobre o tempo, o espaço e o território, há de tomá-los enquanto processo. Por último, Heidegger aposta em desconstruir os conceitos cristalizados de tradição, pois essa teria esquecido (o tempo, o espaço e o território) ao tomá-los como fundamentos do ente. É como em relação ao tempo pensar a totalidade de um ente que é puro poder-ser? A noção de “ser-para-a-morte” é o que permite segundo Heidegger a apropriação da totalidade da existência e a compreensão do tempo, do espaço e do território como fundamento do ser-no-mundo. Milton Santos & Maria Laura Silveira (2001:247) deslocam e ao mesmo tempo

reafirmam a questão a questão do território mencionando repetidamente que o território, em si mesmo, não constitui uma categoria da análise ao considerarmos o espaço geográfico como tema das ciências sociais, isto é, como questão histórica. A categoria de análise é o território utilizado, e para isso devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre tempo e espaço, entre materialidade e ação humana que atende como nome de trabalho e política. "Não existe Território sem a ação humana". Ora, se não existe territórios sem ação humana, e a sua categorização implica em utilização e para isso há que se considerar a intrincada rede de atores sociais e sua inseparabilidade entre o tempo e o espaço, é mister que os agentes indutores de desenvolvimento como as corporações e o estado tenham claro o seu papel de dialogar com as formas de organização local e regional, na tentativa de estabelecer um diálogo para a sustentabilidade.

À medida que novas categorias de moradores ocupam as cidades, os lugares da cidadania insurgente são encontrados na intercessão desses processos de expansão e erosão.

A lição é que o planejamento de uma cidade, de um investimento espacial e produtivo que se pretende sustentável precisa envolver não só o desenvolvimento das formas insurgentes do social, mas também os recursos do estado para definir, e ocasionalmente impor, uma concepção mais abrangente de direito do que às vezes é possível encontrar em nível local.

Holston (1996: 252) indica que planejadores, arquitetos, geógrafos, administradores e demais pensadores da cidade e do desenvolvimento sustentável devem abarcar um novo reino em sua prática profissional.

Um tipo de Prática diferente ao mesmo tempo em objetivo e método, e essa diferença implica numa reconceitualização e lança mão de profissionais híbridos, de formação diversificada e transdisciplinar e transversal.

Em termos de prática, de método, dou ênfase aos do etnógrafo urbano, arqueólogo gestor, administrador cultural, advogado ambiental. Nesta proposta não estou sugerindo que planejadores, arquitetos, geógrafos, administradores se tornem antropólogos, arqueólogos ou advogados, pois as disciplinas como a antropologia, arqueologia, direito não são redutíveis à uma etnografia.

Sugiro, sim, que aprendam os métodos da detecção etnográfica, cultural arqueológica, e

também trabalhem com antropólogos, arqueólogos, advogados ambientais na perspectiva de incorporar saberes e conhecimentos que possam fazer a diferença na qualidade de vida do território, aqui entendido como o lugar de ser, fazer, produzir, viver e morrer.

Com certeza a abordagem do território ainda necessita de olhar com rigor para as paisagens culturais e Biopolíticas a fim de estabelecer espaços de vivência que possam contribuir na efetivação de uma política de paz e harmonia.

Mais importante saber que apesar da desatenção oficial as temáticas arqueológicas, antropológicas, etnográficas estas caminham inexoravelmente para seu papel de protagonista social, onde a força do saber e poder local atropelará o pensamento reducionista, pragmático e excludente das políticas oficiais.

A edição da portaria IPHAN nº 230/02, pela coordenação de arqueologia do IPHAN em 2002, da qual somos autores, acompanhou as mudanças no cenário nacional e respondeu as demandas de acautelamento e preservação do patrimônio arqueológico, incluindo na dinâmica do processo, um fazer educativo, que atende pelo nome de educação patrimonial, que atua como fator de agregação e compromisso social com os diversos atores sociais envolvidos na disputa da hegemonia cultural e ambiental.

As práticas técnicas-políticas, por exemplo, no caso dos estudos de impactos ambientais e todas as suas variantes tendem ao longo do tempo a eliminar a dicotomia natureza e cultura, ou ambiente e sociedade, tendo em vista que cada vez mais, a complexidade dos problemas oriundos das obras de infra-estrutura e seus respectivos estudos de viabilidade incorporam mais e mais variáveis e tendem a enxergar a multiplicidade de olhares que chama pela transdisciplinaridade.

Turismo

O Patrimônio Cultural Arqueológico será instrumento de desenvolvimento turístico somente após ter sido instrumento de Educação Patrimonial e de Inclusão Social.

Não há como transformar verdadeiramente o Patrimônio Cultural Arqueológico em veículo de desenvolvimento turístico "sustentado", sem antes garantir a ele os atributos necessários da apropriação pública, uma vez que os bens arqueológicos por definição são bens de alcance social.

As corporações não devem deixar essa responsabilidade a encargo exclusivo do estado, devem estimular e participar na produção de condições objetivas para as boas práticas do turismo sustentado, que reverterá seguramente em capital e formas de agregar valor aos seus produtos e serviços.

Sendo assim, falar de Patrimônio Cultural Arqueológico como vetor de desenvolvimento Turístico nos remete a questões ligadas essencialmente a publicização, socialização e inclusão destes bens na construção da cidadania.

Em primeiro lugar é preciso garantir que a cidadania cultural esteja contemplada no processo de desenvolvimento turístico, para que este seja efetivo.

Um dos elementos do Vetor de Desenvolvimento Turístico a ser inter-relacionado ao Patrimônio Cultural Arqueológico é o Patrimônio Natural, as belezas naturais, as paisagens históricas, ou seja, torna-se necessário aplicar o conhecimento interdisciplinar, transdisciplinar e colocá-lo a serviço da sociedade, avançando na construção de novas categorias criando assim vasos comunicantes que permitam a utilização de valores agregados aos atrativos turísticos locais. O Patrimônio Cultural Arqueológico será sempre um bem de valor social, simbólico, afetivo e político que pode e deve se constituir em instrumento de cidadania e desenvolvimento.

Patrimônio cultural arqueológico

Compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos de arqueologia fornecem conhecimentos primários.

Engloba todos os vestígios da existência humana e interessam todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas, estruturais e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados. (Carta de Lausanne: 1990).

O Turismo Cultural, em especial o Arqueológico, exige a mediação da memória. Esta memória visitará o passado e invocará todas as contingências presentes, será o passado revelado, assim alcançado, agora não só através da pesquisa acadêmica, não será *uno*, mas ressignificado pela nossa experiência presente. (Modificado a partir de Gastal: 2002).

O real do turismo é uma amálgama na qual tempo e espaço, diversão, economia, tecnologia,

imaginário, comunicação, ideologia, são partes de um fenômeno pós-moderno, em que o protagonista é o sujeito, seja como produtor ou consumidor da prática social turística.

O turismo conforme Gastal (2002:7), esta em busca de um corpo de conceitos e categorias teóricas que possibilitem tanto a investigação e crítica das idéias e da práxis quanto a criação de uma linguagem comum a pesquisadores e demais interessados.

O terreno na área de turismo é fértil tanto quanto sua construção teórica necessita de maior sistematização. Uma epistemologia do Turismo segundo Moesch (2002:25) envolve cuidados teóricos, advindos de um entendimento complexo sobre uma prática social que se dissemina de forma diferenciada, a partir de subjetividades infinitamente diversas e de vivências múltiplas dos sujeitos que as praticam, em um mundo se globaliza.

Turismo, Pós-modernidade e Patrimônio Cultural

O Turismo é talvez o fenômeno mais globalizado, num mundo de globalizações.

A pós-modernidade trás o apagamento das fronteiras e a busca de universalidades. Mas também trás o elogio da diferença. (Gastal & Krippendorf: 2002). Cada vez mais o *Turismo Pós-Moderno* recorre aos objetos representativos desses elos afetivos, tanto ou mais que aos exemplares magníficos da cultura e da história ocidental, porque os viajantes contemporâneos demandam por relações mais próximas ao cotidiano dos locais visitados.

Desta forma, cada vez mais o Turismo pós-moderno, necessita das relações de interação, entre:

- Patrimônio Cultural Arqueológico

Aporta nossas ligações com o passado mais remoto, operando simbolicamente e psicologicamente nosso sentimento de continuidade enquanto entes vivos da natureza.

- Patrimônio Cultural Paisagístico

A paisagem é olhar humano que destinamos ao nosso entorno natural e construído pelo homem, transformados que são em natureza natural e natureza cultural.

- Patrimônio Cultural Ambiental

Aqui cabe dizer que patrimônio cultural ambiental se refere a tudo aquilo que elegemos como ambiente, inclusive a natureza, pois natureza também é cultura.

- Patrimônio Cultural Natural

Seria apenas uma divisão didática para efeitos de compreensão, onde o patrimônio cultural natural corresponderia a tudo aquilo que pertencesse ao humano.

Patrimônio cultural arqueológico e turismo

Não há como transformar verdadeiramente o Patrimônio Cultural Arqueológico em veículo de desenvolvimento turístico sustentado, sem antes garantir a ele os atributos necessários da apropriação pública, uma vez que os bens arqueológicos por definição são bens de alcance social.

Turismo e Patrimônio Cultural Elementos Básicos/Investigação

Nossa contribuição vem no sentido de enunciar os princípios básicos que entendemos ser o marco inicial de qualquer iniciativa que pretenda ser um instrumento sustentável de desenvolvimento turístico. Alguns quesitos se mostram no fundamento desta proposição:

- Reinterpretação do Patrimônio Cultural Arqueológico no cotidiano, geração de ocupação e renda e demarcação dos espaços turísticos;
- Apropriação do espaço e da concepção do lugar pela população local;
- Análise do Patrimônio Cultural Arqueológico e Estudo do Espaço Cultural: tombamento, registro, cadastro, restauro, reconstrução, reutilização, resignificação;
- Interpretação do Patrimônio Cultural Arqueológico Ambiental na sustentabilidade do diferencial turístico.

Diferenciais no Turismo Cultural Arqueológico

Nossa tradição de aproveitamento de nossos recursos, sejam naturais ou culturais, está ainda presa à política da terra arrasada, ou seja, a idéia do colonizador que aqui não queria fundar nova civilização, antes de tudo o saque, e se muito das paisagens e do patrimônio cultural resiste hoje ou foi por incompetência na exploração ou desleixo de saque. Na perspectiva de trabalhar diferenciais é que encontramos nossa maior riqueza e nossa maior dificuldade, exatamente pela falta de tradição no fazer. Na Museologia e em suas variações é que encontramos uma âncora para a

construção de relações diferenciais no turismo cultural arqueológico.

Segundo BRUNO (1998) *Museologia* é uma disciplina aplicada, que “corresponde ao tratamento de problemas relativos à apropriação dos bens culturais pelos distintos segmentos sociais, a partir de procedimentos de salvaguarda e comunicação dos indicadores da memória”. Assinala ainda que a mesma possui uma “cadeia operatória de procedimentos técnico-científicos, que articula a conservação da materialidade dos objetos, a documentação das respectivas informações, a elaboração de discursos expositivos e a implementação de estratégias educativas e de ação cultural”.¹

É a Museologia que nos dará a metodologia para transformar o *patrimônio cultural* (conjunto de bens, fruto das relações do homem com o meio ambiente e demais homens, assim como as interpretações dessas relações) em *herança cultural* (consciência da existência do patrimônio, assumido enquanto conjunto de signos, que permitem a identificação do indivíduo em relação a si mesmo e ao grupo a que pertence, no tempo e no espaço).

Musealizamos para transmitir as informações à sociedade e este processo pressupõe: conhecimento, registro e memória, portanto este processo de musealização deve preocupar-se com a informação trazida pelos objetos em termos de documentabilidade, testemunhabilidade e fidelidade.²

Devemos encarar os bens patrimoniais e sua preservação enquanto indicadores da memória (objetos, sentidos e significados). Patrimônio no sentido de posse de bens coletivos, de elementos comuns à coletividade.

A salvaguarda que consiste na conservação e documentação pode ser também compreendida como o passaporte para o futuro. Salvaguardar, ou seja, conservar e preservar para o futuro.

A comunicação (exposição, ação educativo-cultural) tem papel preponderante na interação a ser estabelecida com o público.

Os produtos destas ações consistem na conservação patrimonial adequada, no gerenciamento da informação, dos discursos expositivos e em estratégias educativas e programas culturais mais amplos que,

¹BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Museologia para Professores: os caminhos da Educação pelo Patrimônio*. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Coordenadoria de Ensino Teórico, São Paulo, 1998. P. 17.

² BRUNO. Op. Cit. P. 19 e ss.

efetivamente contribuam para desenvolver um equilíbrio identitário entre a comunidade e o patrimônio cultural.

Ações museológicas desenvolvidas em rede (virtual e real) servem de grandes aliadas, uma vez que permitem mobilizar atingir um número maior de pessoas.

Museus temáticos arqueológicos, com recortes patrimoniais específicos, podem oferecer ao público reflexão mais ampla sobre a origem e a preservação deste patrimônio, assim como os Ecomuseus e os Museus comunitários, onde a comunidade é pensada integrada ao patrimônio, objetivando a auto-gestão. Os Museus de cidade, com seus espaços públicos: roteiros próprios e lugares da memória podem e devem ser aproveitados de forma integrada ao cotidiano.

Portanto, para pensar a preservação destes espaços e do seu patrimônio de forma integral não podemos deixar de citar a importância da *Educação Patrimonial* – processo permanente e sistemático centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento – que como instrumento de alfabetização cultural possibilita ao indivíduo uma leitura mais ampla e questionadora do mundo que o rodeia.

Os instrumentos de valorização

Coordenação de iniciativas que visam instrumentalizar e garantir os esforços de caráter sustentável deve passar necessariamente pelo:

- Cultural, social, tecnológica, administrativa, turístico:

A adequada utilização dos monumentos e bens arqueológicos de principal interesse social e artístico implicam primeiramente na coordenação de iniciativas e esforços de caráter cultural e econômico-turísticos. Na medida em que estes interesses coincidentes se unam e se identifiquem é que os resultados perseguidos serão satisfatórios.

- Base legal sólida e instrumentos técnicos:

É necessária uma coordenação de bases legais e com instrumentos técnicos que tornem possível uma ação eficaz de revalorização e revitalização do patrimônio cultural e arqueológico.

- Legislação eficaz, organização técnica e planejamento estratégico nacional:

Do ponto de vista cultural esses são requisitos prévios a qualquer propósito oficial dirigido a

revalorização do seu patrimônio cultural arqueológico.

- Integração em vários níveis de governo. (proteção, fomento, normalização):

Nesta variável interinstitucional, merece destaque o primeiro encontro dos governadores, secretários estaduais da área de cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais, que teve lugar em Brasília em abril de 1970, de onde se originou um documento histórico chamado “Compromisso de Brasília”. Dentre os inúmeros itens que foram formulados por ocasião da referida reunião, cabe ressaltar alguns que nos parecem fundamentais no entendimento da questão interinstitucional e que foram convalidados por todos os presentes. São eles:

- Reconhecem a inadiável necessidade de ação supletiva dos estados e dos municípios à atuação federal, no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional;
- Recomenda-se a preservação do patrimônio paisagístico e arqueológico dos terrenos de marinha, sugerindo-se oportuna legislação que subordine as concessões nessas áreas à audiência prévia dos órgãos incumbidos da defesa dos bens históricos e artísticos.

Patrimônio: vetor de desenvolvimento

Um dos elementos do vetor do desenvolvimento turístico a ser inter-relacionado ao Patrimônio Cultural Arqueológico é o Patrimônio Natural, Paisagístico, Ambiental, ou seja, torna-se necessário interpor, aplicar o conhecimento interdisciplinar, transdisciplinar, colocá-lo a serviço da sociedade e avançar na construção de novas categorias, criando vasos comunicantes que permitam a utilização de valores agregados aos atrativos turísticos locais.

Gestão de Risco

A abordagem de uma gestão de risco na variante do patrimônio cultural arqueológico no Brasil implica em definir alguns conceitos relacionados à emergência da sociedade de risco. Segundo Beck (1986) a chave principal para a compreensão do surgimento da sociedade de

risco reside no reconhecimento de que tal sociedade não se opõe radicalmente à sociedade industrial, mas, ao contrário, é o resultado da consumação de seus próprios objetivos. Considerando que o primeiro processo de modernização levado a cabo no interior da sociedade industrial desde o século XIX visou essencialmente à eliminação da dependência humana diante das necessidades materiais de existência por meio da aplicação do conhecimento científico à produção econômica. A ciência, aqui também a arqueológica, transformada em instrumento de produção e combinada, já no século XX, com a atuação do estado social nos países de capitalismo avançado cumpriu bem o papel e sua meta, mas não sem a produção de riscos que ameaçam a própria existência da humanidade.

Essa dinâmica paradoxal do processo de modernização que ao cumprir suas finalidades, se volta contra si mesmo é o que Ulrich Beck denomina de modernidade reflexiva, a nova modernidade em oposição à modernização pura e simples.

Uma das primeiras condições para o êxito da modernização é a subordinação da ciência aos fins da produção econômica. Mas como esses fins nem sempre coincidem com os fins sociais e humanos, relacionando-se antes à busca do lucro, o desenvolvimento técnico-científico produz frequentemente tecnologias que ameaçam a saúde humana, como a radiação nuclear, os transgênicos, a contaminação dos alimentos, a guerra tecnológica, a turistificação dos sítios e monumentos culturais e arqueológicos. Do mesmo modo, guiada pelo critério da produção pela produção, modernidade não conhece limites na apropriação dos recursos naturais e culturais, provocando desequilíbrios ambientais, sociais, culturais e catástrofes ecológicas.

Os riscos da sociedade de risco: crises econômicas, desemprego, catástrofes ambientais, ausência de laços de pertencimento e afetivos estáveis, indefinição da identidade pessoal, não são apenas efeitos colaterais, mas efeitos produzidos sistematicamente. São riscos que afetam a todos, independentemente de sexo, classe ou nacionalidade. Essa era a novidade dos riscos da nova modernidade, ou pós-modernidade, ou Hipermodernidade; são invisíveis (estão no ar, na água, nas fórmulas químicas, nos alimentos), transversais (não respeitam qualquer divisão social e geopolítica) e irreversíveis, pois são sistêmicos, estando incorporados à dinâmica da modernização.

Os efeitos ameaçadores e universais produzidos pela sociedade de risco conteriam, ao mesmo tempo, um potencial político, isto é, despertariam uma consciência coletiva a respeito da necessidade de crítica de seus fundamentos e, sobretudo, de intervenção prática sobre o processo de modernização e suas variantes atuais.

O acidente Nuclear do Japão (2011), após um tremor de 9.0 na escala Richter, seguido de um Tsunami, coloca bem a medida das preocupações que trazemos a discussão para as corporações, e para o estado no seu fomento ao desenvolvimento e na geração de energia para tal.

O problema que aqui se apresenta é que estamos sob uma sociedade de risco, e a gestão de risco não tem sido considerada na exata proporção que deveria ser.

Se uma sociedade como o Japão que tem na sua base cultural uma organização e uma experiência com tragédias nucleares e terremotos contam aos milhares os seus mortos pela destruição causada em 2011, quando do terremoto seguido do tsunami e do acidente nuclear, o que dizer de nações e territórios que não dispõem de efetivos planos de contingência e emergência para tratar dos desastres naturais, antrópicos e culturais.

A gestão de risco é uma realidade que precisa ser encarada, com competência, honestidade, destemor e agilidade, sob pena de assistirmos a derrocada de nações, corporações e sociedades inteiras.

Se a sociedade é de risco, a gestão é de risco, não existe espaço para mais improvisado, é necessário um planejamento responsável de mitigação emergencial e urgente em situações de calamidade e desastres de grande magnitude.

A preocupação com o patrimônio cultural nestes casos passa a ter relevância fundamental, pois quem detém os conhecimentos empíricos acumulados ao longo do tempo é a comunidade local. Quem conhece as referências culturais materiais e imateriais pode não existir mais a depender do nível das tragédias.

A negligência da BP e a sua resposta sem planejamento estratégico e sem os devidos cuidados técnicos para a tragédia do derramamento de óleo no mar, priorizando apenas os custos financeiros resultaram em prejuízos ambientais, sociais e na base finita do patrimônio cultural arqueológico. Neste caso a falta de valorização e de um conhecimento objetivo e responsável sobre o patrimônio cultural arqueológico, por exemplo, resultou que a tragédia do derramamento de óleo no golfo do

México (2010), responsabilidade da BP (British Petroleum), gerou um prejuízo arqueológico importante, uma vez que, os equipamentos de minimização do derramamento foram instalados sobre um sítio arqueológico importante na região, causando sua destruição. Esta ação mostra que a intervenção que buscava a reparação dos danos foi elaborada e executada mais uma vez de forma negligente, por técnicos e administradores que não possuem a formação híbrida adequada para o desempenho de funções em situação de risco e de crise. A total negligência aos diversos fatores ambientais, sociais e culturais mostra o total despreparo da empresa para atender demandas de natureza excepcional, como o desastre ocorrido.

Crise e oportunidade são faces da mesma moeda, e seu enfrentamento vai depender de profissionais de visão ampla, de formação sólida,

híbrida e holística, sem o qual as corporações, as empresas e o mesmo o estado contabilizaram prejuízos cada vez maiores diante das demandas me questão. Certificação dos processos de governança na gestão de risco deve ser um resseguro que as corporações devem incorporar ao seu cotidiano.

Por outro lado, a composição dos conselhos administrativos deve priorizar conselheiros de larga experiência nas questões ambientais e de proteção e preservação do patrimônio cultural arqueológico. Não seria de se estranhar que corporação vinculada à utilização de conhecimentos tradicionais e de patrimônio genético tenha nos quadros dos seus conselhos arqueólogos, antropólogos, cientistas sociais e gestores do patrimônio cultural que tiveram larga experiência nas fileiras do Estado.

Referências bibliográficas

- BASTOS, Rossano Lopes. Representações Sociais, Patrimônio Arqueológico e Arqueologia Pública: In: OLIVEIRA, A. P.P.L. *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira*. Editar, 2004. Juiz de Fora. Pp.19 – 30.
- Beck, Ulrich. Sociedade de risco – Rumo à outra modernidade. Tradução Sebastião Nascimento. Editora 34. 2010.
- BRUHNS, Katianne. *Um Museu e o Território: Desconstruindo Conceitos*. O caso do Museu da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Monografia Museologia, UDESC. Florianópolis, 2001.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Museologia para Professores: os caminhos da Educação pelo Patrimônio*. Apostila. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1998.
- FUNARI, Pedro Paulo. & PINSK, Jaime. (Orgs.) *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.
- GASTALS, Susana e KRIPPENDORF, Jost (Orgs.) *Turismo e Investigação Crítica*. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.
- HOLSTON, James. *A Cidade Modernista, Uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- MILDER, Saul Eduardo Seiguer (Org.) *Educação Patrimonial: Perspectivas*. : Santa Maria: UFSM, 2005.
- MOESCH, Marutschka M. Para Além das disciplinas: O Desafio do Próximo Século. In: GASTALS, Susana e KRIPPENDORF, Jost (Orgs.) *Turismo e Investigação Crítica*. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.